



Portugal no Congresso Internacional de Arquivos ■

Entre 23 e 29 de Agosto de 2004, em Viena, realizou-se o XV Congresso Internacional sobre Arquivos. O IAN/TT esteve representado por Maria do Carmo Dias Farinha, Maria de Lurdes Henriques, Lucília Runa, Ana Cannas e Maria João Pires de Lima (Arquivo Distrital do Porto). Mas a presença portuguesa foi mais abrangente, institucionalmente e a título individual.

No que respeita a reuniões oficiais, o IAN/TT participou na Assembleia-Geral do CIA (Maria do Carmo Dias Farinha, e Lucília Runa, como observadora) e em reuniões do Comité de Arquivos Electrónicos (indirectamente através de Cecília Henriques), do Comité de Normas de Descrição (Lucília Runa), da Associação Latino-Americana de Arquivos (Maria do Carmo Dias Farinha e Maria de Lurdes Henriques), do Fórum Permanente dos Arquivos de Língua Portuguesa (Maria do Carmo Dias Farinha, Maria de Lurdes Henriques e Ana Cannas) e do Relatório sobre Arquivos na União Europeia Alargada (Ana Cannas). Portugal esteve ainda representado por arquivistas de outras entidades. João Vieira, da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN) participou, no âmbito da Secção de Arquivos de Arquitectura, em reuniões

do respectivo Comité Directivo e na Assembleia-Geral, na qual foi eleito secretário da Secção. Passou igualmente a integrar o novo comité de redacção do CIA. Terá a particular incumbência de divulgar projectos e trabalhos do mundo de língua portuguesa através das edições do CIA, nomeadamente da *Comma*. Silvestre Lacerda, enquanto presidente da Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas (APBAD), participou na reunião do Ramo Regional Europeu (EURBICA), na Assembleia Geral e na reunião exploratória do Comité Executivo do CIA sobre os eixos prioritários de actividade, com incidência na formação e na promoção do arquivista.

No decurso da Assembleia-Geral e de outras reuniões, foram definidas para o programa do CIA prioridades estratégicas e eixos de actuação e discutidas questões organizacionais.

As prioridades estratégicas são quatro: defesa e promoção dos arquivos; arquivos electrónicos e automatização; preservação e protecção contra catástrofes; educação e formação profissional. Tais prioridades assentam nos seguintes eixos de actuação: desenvolvimento das competências e cooperação entre países; contactos entre profissionais de arquivo e da gestão de documentos; normas e boas práticas.

Do ponto de vista organizacional, a mudança será significativa. Novos estatutos foram aprovados e a actividade do CIA assentará em projectos e não nas estruturas da organização. Os projectos apresentados até 1 de Novembro serão analisados pela Comissão de Programa, presidida por Joan van Albada e secretariada por Evelyn Wareham. Lorenz Mikoletzki, anfitrião do XV Congresso Internacional sobre Arquivos é o presidente do CIA até às eleições a terem lugar até Março de 2005.

A Assembleia-Geral aprovou a criação da rede dos arquivos da América do Norte (NAANICA), da secção provisória dos arquivos notariais e da secção provisória dos arquivos do desporto. Decidiu a transformação do comité de sigilografia em secção provisória de sigilografia, do comité sobre os arquivos literários em secção provisória dos arquivos literários e artísticos, e do comité sobre as normas de descrição em secção provisória das normas e boas práticas. Aceitou também a reintegração do ramo regional para a África Central (CENARBICA).

Os portugueses procuraram assistir às sessões mais significativas do Congresso e, ainda, a alguns *workshops* e seminários, acedendo a experiências e estabelecendo contactos potencialmente úteis para o desenvolvimento do seu trabalho.

Tiveram, também, oportunidade de manusear e recolher ou adquirir catálogos e bibliografia actualizada relativa à Arquivística, Conservação e Restauro e áreas correlacionadas. João Vieira, da DGEMN, apresentou a comunicação “Fontes Documentais: *A Digitization Programme for Conservation and Access*” na sessão da Secção de Arquivos de Arquitectura.

As comunicações estão a ser disponibilizadas *online*, em <http://www.wien2004.ica.org> e irão ser publicadas em 2005, na *Comma*. No próximo número dar-se-á notícia de sessões e comunicações que mereceram particular interesse, pela abrangência ou actualidade do tema ou pelo carácter original, sobretudo para a realidade portuguesa.

Relatório sobre os Arquivos na União Europeia ■

Paralelamente ao Congresso, realizou-se uma reunião relativa ao Relatório sobre os Arquivos na União Europeia, presidida por Hans Hofmann (Arquivos Históricos da Comissão Europeia), Sarah Tyacke, (Arquivos Nacionais do Reino Unido) e um representante do Arquivo Nacional da Holanda. Esteve presente a maioria dos representantes dos arquivos nacionais dos países da União Europeia (UE).

Em primeiro lugar, foi salientada a necessidade dos representantes nacionais acompanharem o processo conducente à aprovação do relatório na União Europeia. Previa-se então que o relatório iria ser apresentado ao Comité dos Assuntos Culturais e discutido no Conselho dos Ministros da Cultura, durante a presidência holandesa. No entanto, é possível que tal venha a suceder já durante a presidência do Luxemburgo, no primeiro semestre de 2005.

Sublinhou-se que as linhas de prioridade definidas no relatório vão influenciar as actividades da UE,

no domínio dos arquivos, nos próximos 5 a 10 anos. Recordam-se essas linhas:

1. Preservação e prevenção de danos nos arquivos na Europa;
2. Reforço da cooperação interdisciplinar europeia sobre documentos e arquivos electrónicos;
3. Criação e manutenção de um portal dos documentos e arquivos na Europa;
4. Legislação nacional e da UE relevante para a gestão e acesso aos documentos e arquivos; Roubo de documentos de arquivo.

O Relatório, em versão inglesa, está preparado para publicação e será, eventualmente, disponibilizado em formato PDF. Prevêem-se traduções em outras línguas da UE.

Fórum Permanente dos Arquivos de Língua Portuguesa ■

A reunião do Fórum Permanente dos Arquivos de Língua Portuguesa, paralela ao Congresso, foi dirigida pelo respectivo Presidente, Joel Tembe (Arquivo Histórico de Moçambique). Além deste último, estiveram presentes os seguintes representantes dos arquivos nacionais da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP): Francisco José Alexandre (Arquivo Histórico de Angola), Jaime Antunes (Arquivo Nacional do Brasil), Maria do Carmo Jasmins Dias Farinha (Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo-IAN/TT), Pedro Fernandes (Arquivo Nacional da República Democrática de Timor Leste) e ainda Maria de Lurdes Henriques e Ana Cannas (IAN/TT).

Foi feito um ponto da situação relativamente ao Fórum. Todos os arquivos nacionais deram conhecimento da constituição do Fórum às respectivas tutelas. Portugal deu ainda conhecimento desta iniciativa ao Secretário Executivo da CPLP. Joel Tembe, que preside ao *Eastern and South Africa Regional Branch do CIA* (ESARBICA)

transmitiu ao CIA a notícia da constituição do Fórum.

Observou-se que pouco fora desenvolvido no que respeita às acções acordadas. Mantinham-se, no entanto, algumas das necessidades, em particular no domínio da formação. Os programas brasileiro e português de microfilmagem de documentação da memória comum aos países da CPLP foram referidos como exemplo a considerar em projectos do Fórum. A este propósito, tanto Moçambique como Angola demonstraram interesse em que fosse efectuado um levantamento dos documentos de arquivo para a História da Guerra e da Luta de Libertação.

As decisões principais desta reunião do Fórum foram as seguintes:

1. Marcar a reunião do Fórum para Outubro de 2005, em Lisboa, em articulação com o IV Seminário dos Arquivos de Tradição Ibérica e com a reunião da Associação Latino-America de Arquivos.
2. Integrar nesse seminário um painel dedicado aos arquivos para a História da Guerra e das Movimentos de Libertação nos países da CPLP, independentes após 1974.
3. Manter o mandato da presidência e da vice-presidência do Fórum em Moçambique e Portugal, até Outubro de 2005.
4. Não propor, por agora, a ligação do Fórum ao CIA.
5. Efectuar um questionário sobre as prioridades de formação na área dos arquivos.
7. Estudar a proposta brasileira de modelo de “Censo” para os arquivos da CPLP.
8. Equacionar as linhas de financiamento da Comissão Europeia no âmbito das quais se poderiam articular projectos na área dos arquivos com interesse para os países da CPLP.

Ana Cannas

Gabinete de Estudos e Planeamento Técnico

Comité de Arquivos Correntes em Ambiente Electrónico ■

As recentes reformas de funcionamento do Conselho Internacional de Arquivos conduziram à eliminação das estruturas de Comitês. Casos houve em que os Comitês se transformaram em Secções, noutros simplesmente desapareceram para dar lugar a eventuais estruturas de projecto.

O Comité de Arquivos Correntes em Ambiente Electrónico, no qual o IAN/TT teve uma participação activa no período 2001-2004, está neste segundo grupo. Fica o registo dos mais importantes contributos que o extinto Comité deixou à comunidade arquivística.

1996

Electronic records programs: report on the 1994/95 survey – Apresenta um directório das instituições de arquivo que em 1995 haviam já implementado ou planeado a implementação de programas de gestão de documentos de arquivo electrónicos. Dá igualmente informação sobre o enquadramento legal, organizacional e técnico de suporte a este tipo de programas.

Electronic records management: a literature review – Levantamento de textos sobre documentos de arquivo electrónicos, permite uma perspectiva de como evoluíram conceitos e estratégias arquivísticas em face dos novos desafios da sociedade da informação.

1997

Guide for managing electronic records from an archival perspective Trata-se de um dos documentos técnicos fundamentais produzidos pelo Comité, concebido para apoiar a comunidade arquivística a perspectivar o seu papel de salvaguarda do património arquivístico num contexto crescentemente dominado pela utilização das TIC como suporte às acti-

vidades organizacionais e subsequente produção, na origem, de documentos de arquivo electrónicos. Neste guia são discutidos alguns conceitos básicos (a começar pelo próprio conceito de documento de arquivo) e respectiva aplicação em ambiente electrónico, bem como propostas gerais de políticas e estratégias de gestão. Todo o trabalho se desenvolve à volta de uma ideia central: o imperativo de uma gestão contínua dos documentos de arquivo, ao longo de todo o seu ciclo de vida, como condição primeira de salvaguarda do património arquivístico electrónico.

2000

Archives and current records: towards a set of guiding principles

Descreve um conjunto de princípios concebidos para apoiar o reposicionamento das instituições de arquivo na sociedade da informação, e apresenta um quadro de trabalho para o desenvolvimento de políticas e de estratégias que aproximem as instituições de arquivo das administrações produtoras.

Alternative Service Delivery: record keeping issues – “Checklist” de apoio aos serviços de arquivo em processos de externalização do exercício de funções anteriormente a cargo de organismos da Administração Pública, tendo em vista salvaguardar a boa gestão e o acesso aos documentos produzidos no exercício daquelas funções.

Metadata and the management of current records in digital form

Síntese de questões várias relacionadas com meta-informação para a gestão de documentos de arquivo electrónicos – objectivos da meta-informação, relações entre a meta-informação e os documentos, desenvolvimento de normas, bem como referências a outras fontes de informação.

Networked electronic information in the Internet and Intranet environments

– Perspectiva sobre a pertinência de uma gestão arquivística da informação electrónica que circula em ambientes de Internet e Intranet.

2004

Electronic records: a workbook for archivists – Trabalho de fundo levado a cabo pela última equipa do ex-CIA/CER, é um desenvolvimento do *Guide for managing electronic records from an archival perspective*, publicado em 1997. Ainda em versão *draft* mas já disponível no sítio Web do CIA (prevê-se a publicação electrónica da versão final em Dezembro de 2004, e a publicação impressa no início de 2005), pretende ser um guia prático para os profissionais de arquivo equacionarem os desafios concretos da rápida evolução tecnológica. O foco é colocado na apresentação de táticas de intervenção que permitam assegurar a preservação a longo prazo de documentos de arquivo electrónicos.

Nesta linha, o *Workbook* dá orientações sobre como desenvolver estratégias de influência sobre as práticas de gestão de documentos de arquivo em sistemas já existentes não configurados com essas funcionalidades, refere diferentes opções e os requisitos mais relevantes para a preservação de documentos de arquivo electrónicos, e ainda soluções para garantir o acesso a curto e longo prazo.

Por último oferece orientações para a localização de recursos de informação complementares.

Todos os trabalhos aqui referidos estão disponíveis no sítio Web do Conselho Internacional de Arquivos www.ica.org

Cecília Henriques

Comité das Normas de Descrição do Conselho Internacional de Arquivos ■

De Comité a Secção, em Período de Mudança

Enquanto membro correspondente do Comité das Normas de Descrição (CDS) do Conselho Internacional de Arquivos (CIA), Lucília Runa, técnica superior de arquivo, integrou a delegação oficial enviada pelo IAN/TT ao XV Congresso Internacional de Arquivos, subordinado ao tema *Arquivos, memórias e saberes*, que decorreu em Viena, entre 23 e 28 de Agosto de 2004.

Teve assim oportunidade de participar nas várias reuniões de trabalho do CDS, organizadas no âmbito do Congresso.

Um dos principais temas de debate centrou-se na reorientação das prioridades estratégicas do programa adoptado pelo CIA para o período de 2004-2006, bem como na adopção de novos Estatutos, aprovados na Assembleia Geral realizada em Viena, a 27 e 28 de Agosto.

Com tais alterações o CIA visa integrar-se numa política mais ampla de desenvolvimento da actual sociedade do conhecimento e da informação, dar respostas mais eficazes no domínio concreto dos arquivos, clarificar o seu estatuto legal em França, onde se encontra a sua sede, e constituir-se como um representante dos arquivos e dos profissionais de arquivo a nível internacional.

Uma das principais mudanças estruturais, visando a centragem nos projectos e não nas estruturas organizacionais, materializa-se no desaparecimento dos anteriores comités, entre os quais o das Normas de Descrição. Com

o objectivo de garantir a continuidade do esforço e experiência acumulados pelo CDS até ao presente, sem deixar de acompanhar as mudanças adoptadas pelo CIA, foi proposta pelo Comité a sua evolução para *Secção para as normas e boas práticas*, com os seguintes objectivos:

Manutenção das normas e orientações existentes para:

- Difundir boas práticas;
- Facilitar a formação;
- Facilitar a troca de experiências profissionais entre diferentes tradições arquivísticas;
- Criar laços com outras instituições internacionais operando no mesmo domínio: ICOM, IFLA, ISO, UNESCO.

Desenvolvimento de novas normas e manuais de boas práticas em diferentes domínios:

- Descrição;
- Avaliação;
- Arquivos electrónicos;
- Outras áreas consideradas importantes para as necessidades da comunidade arquivística internacional.

A nova Secção foi aprovada pela Assembleia Geral, sendo necessário desenvolver as diligências para a sua implementação.

Tal como os demais membros do CIA, o CDS dispõe de um prazo que se estende até 1 de Novembro do corrente ano para apresentar propostas de projectos de trabalho.

Estas serão apreciadas pela *Comissão de Programa*, prevendo-se que a lista das propostas apro-

vadas seja disponibilizada em Março de 2005.

As propostas a apresentar pelo CDS vão desde a manutenção, monitorização da aplicação e treino das e nas normas de descrição já existentes, à adaptação da ISAD(G) aos documentos electrónicos, ao desenvolvimento de novas normas para a descrição de funções ou de serviços de arquivo e ao aprofundamento do trabalho de parceria com outras instituições de carácter internacional.

Os projectos serão desenvolvidos pelos ramos regionais, secções ou membros do CIA, grupos de projecto ad-hoc, estando também previsto o recurso a especialistas individuais.

Durante o período de transição, que no caso concreto se estenderá até Dezembro de 2006, o CDS continuará no exercício das suas funções.

Enquanto membro correspondente, e no âmbito do desenvolvimento do Programa de Normalização da Descrição em Arquivo, desenvolvido e implementado por Joana Braga e pela própria, no âmbito do IAN/TT, manifestou já disponibilidade de colaboração institucional em vários deles.

Nota: Para mais informação consulte-se <http://www.ica.org>

Lucília Runa

Técnica Superior
de Arquivo

Membro Correspondente
do Comité das Normas
de Descrição

Programa de Normalização da Descrição Arquivística (PNDA) ■

Por Despacho n.º 54/GD/2004, de 11 de Junho, e visando dar cumprimento a atribuições específicas do IAN/TT, foi criado, pela actual Direcção, e na sua directa dependência, o *Programa de Normalização da Descrição em Arquivo*, com os seguintes objectivos:

1. Elaborar orientações para a descrição em arquivo;
 2. Desenvolver acções de formação e divulgação das orientações para a descrição em arquivo, no âmbito do IAN/TT e da comunidade arquivística em geral;
 3. Elaborar pareceres relativos à consistência e coerência das descrições no âmbito da Rede Nacional de Arquivos;
 4. Desenvolver o Ficheiro Nacional de Autoridades Arquivísticas, a partir da criação de registos de autoridade propostos pelos serviços dependentes.
- O PNDA será desenvolvido pelas técnicas superiores de arquivo Joana Braga de Sousa e Lucília Runa, em articulação com:
- O Grupo de Trabalho para a Normalização da Descrição em Arquivo, criado por iniciativa do IAN/TT e constituído por arquivistas da Torre do Tombo e dos Arquivos Distritais, enquanto membros permanentes, e por arquivistas consultores de diferentes serviços de arquivo, ainda a contactar, tendo em vista a elaboração das *Orientações para a descrição em arquivo*, referidas em 1.;
 - O Plano Estratégico de Sistemas de Informação (PESI), projecto desenvolvido no âmbito do IAN/TT;
 - Os diferentes serviços da Torre do Tombo e os Arquivos Distritais, tendo em vista a prossecução

dos objectivos mencionados em 2., 3. e 4.

Presentemente, no âmbito do PNDA, encontra-se em elaboração o projecto de texto das *Orientações para a descrição arquivística*, relativas à documentação (com base na ISAD(G)) e aos respectivos produtores (ISAAR(CPF)), bem como orientações específicas para a construção de pontos de acesso geográficos (não previstos pela ISAAR(CPF)), a integrar o futuro *Ficheiro Nacional de Autoridades Arquivísticas*.

Encontra-se igualmente em curso a revisão da tradução portuguesa da 2.ª edição da ISAAR (CPF), após as alterações que decorreram da sua análise por parte da comunidade arquivística internacional.

Encontra-se concluída a *Listagem dos códigos de referência dos fundos, subfundos e colecções da TT*.

O *Código de referência*, elemento de informação previsto pela ISAD(G) como de preenchimento obrigatório nos diferentes níveis de descrição, assume particular importância para a estruturação interna da base de dados de descrição, impondo-se a sua normalização e não repetição. A listagem, já distribuída pelos técnicos da Divisão de Arquivos Definitivos (DAD) da Torre do Tombo, será alvo de constante actualização e revisão por parte do PNDA.

Procedeu-se à actualização da *Codificação normalizada do nome dos concelhos e das freguesias*, cuja versão inicial é da responsabilidade do extinto Instituto Português de Arquivos. A referida listagem reveste-se de utilidade para a construção normalizada do já referido elemento de informação

Código de referência e deverá ser alvo de actualização periódica por parte do PNDA.

Foram ainda elaboradas e disponibilizadas junto dos técnicos da DAD e dos Arquivos Distritais, orientações visando a *Utilização optimizada da base de dados CALM*, nomeadamente no que respeita ao módulo da descrição arquivística. O documento em questão privilegia as questões relacionadas com a utilização informática.

Ainda neste último domínio, estão previstas acções de formação, a calendarizar conjuntamente com a Direcção de Serviços de Arquivística (DSA) e com o Gabinete de Estudos e Planeamento Técnico (GEPT), bem como reuniões técnicas que se desenrolarão em diferentes vertentes:

- Optimização da utilização informática da base de dados de descrição CALM, tendo como ponto de partida os principais problemas detectados na sua utilização, as perguntas e dúvidas colocadas pelos técnicos, bem como o trabalho das *Orientações para a descrição arquivística*, acima referidas;
- Divulgação de informação e bibliografia pertinentes relativas à descrição arquivística.

A reconhecida necessidade de articulação entre o PNDA e outros programas e projectos em curso torna por vezes mais lenta a prossecução dos objectivos apontados. Espera-se, no entanto, que confira maior solidez ao trabalho elaborado em cada um deles em particular e ao conjunto enquanto todo.

Joana Braga de Sousa e Lucília Runa
Técnicas Superiores de Arquivo

Évora

Protocolo para a Instalação do Arquivo e Bibliotecas de Évora ■

Na presença de Sua Excelência a Senhora Ministra da Cultura, foi celebrado, no dia 29 de Setembro, um protocolo entre o Ministério da Cultura, através do Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, representado pelo seu Director, Professor Doutor Pedro Dias, e do Instituto Português do Livro e das Bibliotecas, representado



Biblioteca Pública de Évora

pelo seu Director, Doutor Rui Pereira, e a Câmara Municipal de Évora, representada pelo seu Presidente, Doutor José Ernesto Oliveira.

Com este protocolo pretende-se solucionar o problema da instalação da Biblioteca Pública de Évora e do Arquivo Distrital, em situação precária desde há muitos anos, criando agora novos equipamentos.

Para o efeito serão construídos dois edifícios em terreno cedido pela Câmara Municipal de Évora, destinando-se um deles à instalação do Arquivo Distrital de Évora (ADE) e o segundo a albergar duas bibliotecas: a futura Biblioteca Municipal de Évora e uma outra, constituída sobretudo pelos fundos



Arquivo Distrital de Évora

bibliográficos mais antigos e valiosos da actual Biblioteca Pública de Évora e correspondentes obras de referência, mantendo a actualização do seu espólio através dos mecanismos próprios do Depósito Legal, que continuará a designar-se Biblioteca Pública de Évora (BPE).

O ADE e a BPE manter-se-ão como serviços dependentes e sob tutela do Ministério da Cultura. ■

Setúbal

O Arquivo Distrital de Setúbal em colaboração com as Câmaras Municipais de Alcácer de Sal, Alcochete, Barreiro, Grândola, Palmela, Moita, Santiago do Cacém, Setúbal, Sesimbra, Seixal criou um Grupo de Trabalho com o objectivo de proceder à elaboração de um Regulamento para os Arquivos Municipais, o qual será brevemente disponibilizado no *site* deste Arquivo. Este Regulamento é um instrumento lato, passível de ser especificado por cada serviço de Arquivo das diferentes Autarquias e visa introduzir e implementar regras que facilitem o funcionamento adequado do Arquivo Municipal, desenvolvendo estas atribuições de gestão, recolha, conservação, tratamento e difusão da documentação arquivística, tendo como base procedimentos técnicos e administrativamente correctos. Procura-se facilitar a execução de tarefas que lhe são cometidas, tais como: garantir condições mínimas de conservação física da documentação do Arquivo; organizar e inventariar esta documentação; enquadrar e regulamentar o sistema de arquivo da instituição, por forma a torná-lo aplicável às diversas fases do percurso arquivístico – arquivo cor-

rente, arquivo intermédio e arquivo histórico; incorporar arquivos em fase intermédia e históricos, dispersos por outros serviços; criar condições de acessibilidade; abrir o Arquivo ao público; aprofundar instrumentos de descrição e pesquisa; divulgar o património arquivístico da instituição e assegurar o enriquecimento do espólio do Arquivo.

No passado dia 29 de Julho foi assinado um Acordo de colaboração entre o Arquivo Distrital de Setúbal e a Santa Casa da Misericórdia de Setúbal, no âmbito do Protocolo celebrado entre a União das Misericórdias Portuguesas e o IANTT, com vista ao tratamento e depósito da sua documentação neste Arquivo. Dá-se, assim, cumprimento a uma das principais atribuições do ADS, isto é, a salvaguarda do património documental deste Distrito, bem como a sua difusão.

Rosa Bela Azevedo

Directora do Arquivo Distrital de Setúbal

1.º Ciclo de Mostras Documentais ■

Mostrar é sempre dar a conhecer, abrir uma porta, trazer aos olhos de alguém um objecto, um testemunho, um documento.

Mostrar é ultrapassar a quietude, o mutismo do que se guarda, às vezes do que se esconde para, activamente, pôr em evidência, deixar falar, proporcionar ideias, criar reflexão.

Mostrar é reconhecer que o que se mostra detém valor informativo, patrimonial ou até económico.

Mostrar é fomentar a apropriação colectiva – afectiva e cultural – do que, na verdade, é de todos, mas que só alguns partilham diariamente.

Eis alguns sentidos que enformarão o 1.º ciclo de mostras documentais que o Arquivo Distrital de Faro apresentará e que, periodicamente, renovará no seu espaço de entrada. Trata-se de um projecto contido e despretensioso que se procurará manter com regularidade.

O tema de cada mostra será sempre norteado por documentos existentes no Arquivo, podendo ser mais amplo, por exemplo, contemplando um fundo, ou mais específico, assentando num ou vários documentos que sugiram uma leitura convergente.

Se o documento de arquivo dará o mote, a sua ligação com outras fontes – testemunhos ou objectos do quotidiano pessoal ou institucional – será uma constante, privilegiando-se um contexto de informação mais completo, vivo e cativante.

A 1.ª mostra documental, agora exposta, intitula-se: “Nascer, casar e morrer no Algarve: registos paroquiais 1540-1903”.



O nascimento, o casamento e a morte são momentos importantes no ciclo de vida de todos nós; se têm implicações subjectivas marcantes ao nível afectivo e emocional, produzem também efeitos jurídicos incontornáveis, prescritos pelo Estado de Direito em que vivemos.

Hoje são as Conservatórias do Registo Civil os serviços competentes para proceder ao registo daquelas etapas, mas nem sempre foi assim. Já desde o século XVI que a Igreja fixava em livro próprio o ciclo de vida dos seus fiéis: quando nasciam para a Fé, pelo Baptismo; quando se uniam, homem e mulher, para constituir família, pelo Matrimónio; quando partiam da vida terrena, chamados por Deus, pela morte.

Se a recomendação do seu registo vinha já da primeira metade de Quinhentos, só na segunda, após o concílio de Trento (1545-1563), se tornou regra. São, pois, a partir desta data, os registos ou assentos existentes nos diversos arquivos distritais.

Constituem - reconhecidamente em Portugal e em muitos outros países - uma fonte de informação riquíssima para diferentes áreas

do saber, entre elas o destaque vai para a Demografia, a História da Família e a História Social.

Mas se reside nos registos paroquiais um valor cultural e científico, coexiste também um valor primário em nome do qual qualquer cidadão pode ter acesso. É nesta medida que inúmeras pessoas acorrem à Sala de Leitura deste e de

outros arquivos distritais para solicitar certidões que façam prova de um qualquer nascimento, casamento ou óbito.

No ano de 2003 o Arquivo Distrital de Faro emitiu 174 certidões de registos paroquiais pedidas por cidadãos portugueses, mas também argentinos e brasileiros, principalmente de assentos de baptismo, e deu à consulta 2160 livros do mesmo conjunto documental.

Das 66 freguesias do distrito de Faro, conservam-se com a sequência cronológica completa apenas três: Sé e S. Pedro, do concelho de Faro; Algoz, do concelho de Silves. Um importante número de livros encontra-se depositado no Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, aguardando-se a sua transferência.

Porque a função permanece, a documentação continua a produzir-se, não já nas paróquias mas nas conservatórias que a transferem para o Arquivo Distrital de Faro, no que respeita ao Algarve, decorridos 100 anos, prazo definido pela lei geral.

Alexandre Arménio Tojal

Director do Arquivo Distrital de Faro

O Arquivo da Legião Portuguesa na Torre do Tombo ■

Um impressionante movimento de exaltação nacionalista com o comício no Campo Pequeno a 28 de Agosto de 1936, organizado pela União Nacional, reuniu uma multidão constituída por todas as camadas sociais, dispostas a combater os inimigos da Pátria, perante a iminência da ameaça do perigo de uma vitória comunista em Espanha. É solicitada a constituição de uma força que desse luta sem tréguas às forças do mal que conspiravam contra a liberdade e a independência de Portugal.

Na sequência destes acontecimentos, e por proposta de Jorge Botelho Moniz, é criada a Legião Portuguesa a 30 de Setembro de 1936 (Decreto-Lei 27058) como uma milícia de voluntários nacionalista e anticomunista, destinada a organizar a resistência moral da Nação, cuja organização e preparação militar era da responsabilidade das Forças Armadas.

Paralelamente à Legião de terra é criada a Brigada Naval a 5 de Dezembro de 1938 (Decreto-Lei 29209) cuja competência especial era reavivar as tradições marítimas de Portugal com a orientação de todos os desportos náuticos, submetidos a rigorosos treinos, tanto em terra como no mar. A 8 de Dezembro de 1938 é regulamentada a organização militar da Legião Portuguesa (Decreto-Lei 29233) data que veio a ser o “Dia da Legião Portuguesa”. Segundo as Bases deste Decreto-lei, a Legião Portuguesa integrava-se num conceito de Nação armada que impunha colectiva e individualmente rigorosa disciplina.

Deste encaminhamento das actividades da Legião, no sentido de preparar a Nação moral e fisicamente para enfrentar, com o mínimo de prejuízo, as calamidades da guerra que pudes-



sem atingir o espaço nacional, é criada a 2 de Abril de 1942 a Defesa Civil do Território (Decreto-Lei 31956). A Legião fica responsável quer pela preparação quer pela execução do plano nacional da Defesa Civil do território para além dos períodos de guerra.

Com cerca 1905 unidades de instalação, 1674 unidades de instalação e ficheiros de índices e de informação incorporados em 1992, provenientes do forte de Caxias, e 231 unidades de instalação incorporadas em Julho de 2003, provenientes do Ministério da Administração Interna referente à parte de contabilidade e administração dos anos setenta, este arquivo não chegou intacto até nós.

O desmembramento levado a cabo pelos Serviços de Coordenação da Extinção da PIDE/DGS e LP, a integração em séries do próprio arquivo dos Serviços de Extinção de séries do Arquivo da Legião e as destruições ou desvios ocorridos entre 1974 e 1990 têm em muito dificultado a inventariação deste fundo.

No entanto, como todos os arquivos, também o da LP reflecte as respectivas áreas de actuação, competências e funções. Composta por uma Junta Central donde eram emanadas as directivas e determinações de funcionamento, um Comando Geral,

composto por 4 repartições, (cada uma com as suas atribuições e competências desde o expediente, à instrução e organização de cursos, tanto das milícias como dos legionários pertencentes à Defesa Civil do Território, como a recolha de

informação, propaganda e Acção psicológica), responsável pela execução das determinações através de circulares confidenciais enviadas a todos os Serviços dependentes e Comandos distritais. Era um sistema de arquivo centralizado, com uma secção de cadastro no Comando Geral responsável pela actualização dos processos individuais de todo o pessoal legionário no activo, ficando a gestão dos processos dos legionários abatidos ao efectivo ou falecidos nos próprios comandos distritais, e ainda a existência de um ficheiro de informação geral onde era concentrada toda a informação relativa a um assunto ou indivíduo e referenciado os códigos dos respectivos documentos onde consta essa mesma informação.

É de referir ainda que relativamente ao Serviço de Cinema, Fotografia e Rádio apenas deu entrada na Torre do Tombo uma pequena colecção de fotografias e duas bobines de 16mm que pela falta de meios de visualização não foram ainda identificadas. Contudo o arquivo da Cinemateca Portuguesa integra na sua colecção muitos filmes pertencentes à Legião Portuguesa.

Cristina Ribeiro

Técnica Superior Principal
de Arquivo

Aquisições Recentes ■

O Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo adquiriu, recentemente, os seguintes documentos: **n.º 1** → data: 1449, dez. 8, **benavente**. Alvará do Infante D. Henrique, Duque de Viseu e Senhor da Covilhã aos juizes e homens-bons de Álvaro e Pampilhosa, de doação do tabeliado desses lugares e termos a João de Aguea, escudeiro de Gomes Martins de Lemos, morador na Certã, por renúncia de Álvaro Pires, criado do dito Gomes Martins, o qual jurou na sua chancelaria que não tinha ordens menores e que bem serviria o ofício. *Ass.: J. D. A.; Suporte: Pergaminho; Obs.: Escrivão: João Baldaia; Vestígios de selo de chapa.*

n.º 2

1.º, data: 1536, dez. 28, Évora. Carta de D. Duarte, filho de D. João III, ao filho do Conde de Linhares, determinando que a Quinta de Meleças, pertencente ao Mosteiro de Santa Cruz, fique a seu filho mais velho. *Ass.: Iffante Dom Duarte; Suporte: Papel.; Obs.: Sem nome de escrivão.*

2.º, data: 1442, dez. 17, santarém.

Carta do Infante D. Pedro, Defensor e Regedor do Reino, dirigida ao Dr. Rui Gomes de Alvarenga, do Desembargo e Petições, mandando cessar uma discórdia que ele tinha com Afonso de Miranda. *Ass.: Iffante Dom Pedro; Suporte: Papel; Obs.: Escrivão Lourenço de Guimarães. O Infante trata-o apenas por “Doutor”. Vestígio de sinete a fechar a carta.*

3.º, data: 1535, fev. 6, Évora.

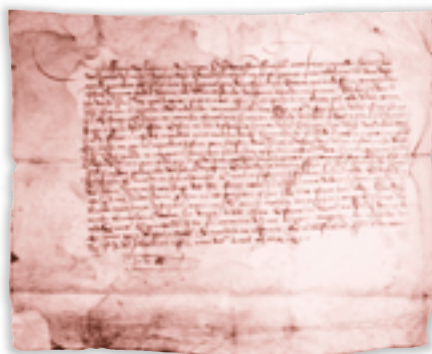
Alvará do Infante D. Henrique, arcebispo de Braga e administrador de Santa Cruz, filho de D. João III, dirigida ao filho do Conde de Linhares, D. Francisco de Noronha, determinando que a Quinta de Meleças fique para ele em sua vida com os 22 000 reais de pensão que ela rende por ano ao Infante. *Escrivão: Diogo Ferreira; Ass.: Iffante Dom Anrique; Suporte: Papel; Obs.: Tem a indicação de que não passou pela chancelaria.*

4.º, data: 1491, set. 29, al handra.

Carta de D. João, eleito confirmado de Santa Cruz, dirigida aos caseiros da Quinta de Meleças, participando-lhes que dera as rendas dela a seu irmão D. António. *Ass.: Dom Joam eleito de Santa Cruz; Suporte: Papel; Obs.: Selo redondo de chapa sobre papel, com uma cruz.*

n.º 3 → Conjunto de documentos respeitantes a Nanquim:

1.º, data: 1763, mai. 22 diocese de kao-kia-ken. Carta de Godefrido, bispo de Nanquim, para o Dr. Joaquim Borges de Figueiroa, beneficiado da Igreja Patriarcal. *Suporte: Papel.*



Alvará do Infante D. Henrique, 8 de Dezembro de 1449

2.º, data: 1764, jul. 4, ho-nan, na china. Carta de Godefrido, bispo de Nanquim, para o Dr. Joaquim Borges de Figueiroa, beneficiado da Igreja Patriarcal.

3.º, data: 1765, ago. 10, lo-ye-nien, na china. Carta de Godefrido, bispo de Nanquim, para o Dr. Joaquim Borges de Figueiroa, beneficiado da Igreja Patriarcal.

4.º, data: 1765, out. 30, nankin Carta de Godefrido, bispo de Nanquim, para o Dr. Joaquim Borges de Figueiroa, beneficiado da Igreja Patriarcal. *Ass.: pelo bispo, e com o selo de carimbo dele.*

5.º, data: 1765, nov. 1, lo-ye-hien, diocese de nanquim. Carta de Godefrido, bispo de Nanquim, para o Dr. Joaquim Borges de Figueiroa, beneficiado da Igreja Patriarcal. *Ass.: pelo bispo, e com o selo de carimbo.*

6.º, data: 1766, ago. 18, nanquim

Carta de Godefrido, bispo de Nanquim, para o Dr. Joaquim Borges de Figueiroa, beneficiado da Igreja Patriarcal.

Ass.: pelo bispo, e com o selo de carimbo.

7.º, data: 1765, dez. 16, Macau

Carta Manuel Lopes Correia, juiz das Ordens e das Justificações da cidade de Macau. *Ass.: pelo bispo, e com o selo de carimbo. S/d.*

n.º 4 → Conjunto constituído pelos seguintes documentos:

1.º, 1779, agosto 26, Évora. Petição do padre superior e dos consultores da Sagrada Congregação da Missão de São Vicente de Paulo, da cidade de Lisboa.

2.º, 1780, janeiro 11, Lisboa. Aviso do Marquês de Angeja, Presidente do Erário Régio, ao corregedor da comarca de Évora sobre os ornamentos, pratas e demais alfaias do Colégio de Nossa Senhora da Purificação, da cidade de Évora de que a rainha tinha feito doação aos Padres da Sagrada Congregação da Missão de São Vicente de Paulo da Casa de Rilhafoles.

3.º, 1779, agosto 20 e 27. Termos de fiança, abonação e de movimentos de bens que se acham no Colégio de Nossa Senhora da Purificação. Cópias.

4.º, 1779, Agosto 25, Évora.

Instrumento de posse dos Padres da Sagrada Congregação da Missão de São Vicente de Paulo.

5.º, 1779, Agosto 22. Procuração, para efeitos de posse, dos representantes da Sagrada Congregação da Missão de São Vicente de Paulo a favor dos Padres Cristóvão José de Castro e Diogo Machado. Selo de chapa sobre papel, da Congregação.

6.º, s/d-Relação (cópia) de todos os ornamentos e alfaias pertencentes ao Real Colégio de Nossa Senhora da Purificação [de Évora] e respectivo termo de entrega (18 de Outubro de 1779 e 18 de Fevereiro de 1780).

Maria José Mexia Bigotte Chorão

Assessora Principal de Arquivo



Ciclo de Conferências *Archivum et Jus* ■

19 de Outubro 2004 – Abril 2005

O Arquivo da Universidade de Coimbra, e a Reitoria, em colaboração com a Associação dos Jovens Advogados do Centro (AJAC), vai promover, ao que julgamos saber, pela primeira vez em Portugal, um Ciclo de Conferências subordinado ao tema *Archivum et Jus*.

Como pode verificar-se pelo Programa que aqui se publica, esta iniciativa contará com a presença de nove especialistas consagrados nas áreas da Arquivística, da História e do Direito, e espera-se que em associação com o público alvo, jovens, advogados e arquivistas, venha a atingir significativo êxito.

O acesso é livre. Todavia, será emitido certificado de presença a todos quantos procedam à inscrição e pagamento respectivos.

Estudantes: 5 euros, outro público: 10 euros.

Exposição Documental *Archivum et Jus* ■

Inauguração: 19 de Outubro 2004

Encerramento: Abril de 2005

Horário: 2.^a a 6.^a feira

9h00 → 12h30 | 14h00 → 17h30

Local: Sala D. João III do Arquivo da Universidade de Coimbra,

Rua de S. Pedro, 2, 3000-370 Coimbra

Tel. 239859800 | Fax 239820987

auc@ci.uc.pt

Os actuais membros da Direcção da Associação dos Jovens Advogados do Centro (AJAC) propuseram ao Arquivo da Universidade de Coimbra uma iniciativa que tivesse como objectivo evocar a plurissecular relação entre o Arquivo e o Direito. Dessa proposta, nasceu a organização de um Ciclo de Conferências *Archivum et Jus* que será acompanhado por uma mostra documental com o mesmo nome.

Inaugurada no dia 19 de Outubro de 2004 sob a presidência do Magnífico Reitor é apresentado, nesse mesmo dia, um catálogo que inclui a descrição e até, em alguns casos, a transcrição parcial, de cerca de quatro dezenas de documentos entre 1384 (carta assinada pelo Doutor João das Regras, notável jurisconsulto imortalizado pelas arguições proferidas nas Cortes de Coimbra de 1385) e os princípios do século XX.

Sob a direcção da Prof. Doutora Maria José Azevedo Santos, a Exposição contou, na selecção e descrição documental, com o trabalho criterioso da Dr.^a Ana Maria Bandeira e Dr. Júlio Ramos e em aspectos técnicos e de edição com a colaboração competente da Dr.^a Gracinda Guedes.

Aceitam-se marcações para visitas de estudo. ■

Programa

título: *Archivum et Jus*. organização: A Reitoria e o Arquivo da Universidade de Coimbra com a Associação dos Jovens Advogados do Centro. alto patrocínio: Casino da Figueira da Foz. outros patrocínios: Câmara Municipal de Coimbra; Inatel – Delegação do Centro. apoios: Conselho Directivo e Conselho Científico da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra; IAN/Torre do Tombo; Instituto de Paleografia e Diplomática, Instituto de Ciência da Informação Arquivística e Biblioteconómica (FLUC), Centro de História da Sociedade e da Cultura (UC); Ordem dos Advogados – Conselho Distrital de Coimbra e Coro Advocal.

19 de Outubro de 2004 | 18 horas

Sala D. João III (AUC)

- Sessão de abertura presidida pelo Magnífico Reitor da Universidade de Coimbra.
- Inauguração da exposição documental *Archivum et Jus*.
- Actuação do coro Advocal sob a direcção do Maestro Augusto Mesquita.

26 de Outubro de 2004 | 18 horas

Sala D. João III (AUC)

- A investigação na acção penal, pelo Dr. Pedro do Carmo, PJ, Coimbra

24 de Novembro de 2004 | 18 horas

Sala D. João III (AUC)

- O Direito e as Palavras, pelo Prof. Doutor José Carlos Vieira de Andrade, FDUC.

2 de Dezembro de 2004 | 21 horas

Ordem dos Advogados

- Arquivo e Peregrinação, pelo Prof. Doutor José Joaquim Gomes Canotilho, FDUC

13 de Janeiro de 2005 | 17 horas

Sala D. João III (AUC)

- Arquivo, Direito e Poder, pelo Prof. Doutor Armando Malheiro da Silva, FLUP.

27 de Janeiro de 2005 | 18 horas

Sala D. João III (AUC)

- Os Arquivos e os Fundos Judiciais, pela Prof. Doutora Irene Vaquinhas, FLUC.

15 de Fevereiro de 2005 | 18 horas

Sala D. João III (AUC)

- Arquivos Distritais – extensões das Secretarias Notariais e Conservatórias do Registo Civil?, pelo Dr. Júlio Ramos, AUC.

3 de Março de 2005 | 18 horas

Sala D. João III (AUC)

- Têm a palavra os documentos: Disciplina e polícia académica na Universidade de Coimbra, pela Dr.^a Ana Maria Bandeira, AUC.

17 de Março de 2005 | 18 horas

Sala D. João III (AUC)

- *Ars notariae*, pelo Prof. Doutor Rui Marcos, FDUC.

15 de Abril de 2005 | 18 horas

Sala de Conferências do Casino

da Figueira da Foz

- Recordações de um Professor, pelo Prof. Doutor Marcelo Rebelo de Sousa, FDUL

INFORMAÇÕES

Projecto de Cooperação entre o IAN/TT e o Departamento de Belas Artes do Governo da Tailândia ■

No dia 21 de Setembro foi recebido, na Torre do Tombo, o Director-Geral do Departamento de Belas Artes do Governo da Tailândia, Dr. Arak Sunghitakul, responsável pelos diversos sectores do Património Cultural – Arquivos, Bibliotecas, Museus, Património Artístico, etc – desse país asiático. A delegação, recebida pelo Director-Geral do IAN/TT, Professor Doutor Pedro Dias e pelo Dr. Miguel Veloso, da DCRE, era composta também por: Senhor Borvornvate Rungrujee, Director do Departamento de Literatura e História, Senhora Bulong Srikanok, Perita em arte, Senhora Korapin Taweta, Arquivista, Senhor Varopas Vongjaturapat, Arquitecto, Senhora Rasi Burusratanabhund, Perita em arte e Senhora Pralom Boonrasmee, Secretária do Embaixador Português na Tailândia.



Ficou acordado entre ambos os Directores-Gerais, a assinatura de um protocolo entre as duas instituições, com o objectivo de, no prazo de dois anos, se proceder à troca de microfilmes de documentos relativos às relações históricas entre Portugal e a Tailândia, existentes nos arquivos de ambos os países.

Esta acordo integra-se no âmbito do Programa Diogo do Couto, criado em 2004, que visa centralizar, na Torre do Tombo, o maior número possível de microfilmes de documentos existentes em arquivos e bibliotecas estrangeiras referentes à História dos Descobrimentos e da Expansão Portuguesa no Mundo. ■

Cooperação do IAN/TT com o Governo do Estado de Kerala ■

Em visita ao Instituto dos Arquivos Nacionais, o Doutor T. Balakrishnan, Secretário do Governo do Estado de Kerala (Índia), para o Turismo e Cultura, propôs a criação de um grupo de trabalho misto, com vista à troca de documentação sobre as relações históricas entre Portugal e o Malabar.

O IAN/TT fornecerá, ao Governo de Kerala, cópia em suporte digital da mais importante documentação

do seu acervo, para permitir os estudos de investigadores locais.

Na reunião, em que participou o Eng.º João Calvão, da Fundação Oriente, ficou igualmente acordada a publicação de um volume com os documentos e fontes mais importantes existentes em arquivos portugueses, e a tradução da obra recentemente editada sobre os portugueses no Malabar. ■

Visitas de Estudo ■

Na prossecução da sua actividade de divulgação do património arquivístico nacional e da história do IAN/TT, o Gabinete de Leitura Pública da Divisão de Comunicação e Relações Externas realizou, no terceiro trimestre de 2004, 14 visitas guiadas para um total de 216 visitantes, distribuídos da seguinte forma: Ensino Superior e Formação Profissional – 11 visitas e 140 visitantes; outras – 03 visitas e 34 visitantes.

Paralelamente, o Gabinete de Leitura Pública desenvolveu um trabalho de acolhimento e orientação para pesquisa no IAN/TT de várias entidades estrangeiras como a Universidade do Barein, a Universidade do Dubai e o Departamento de Belas Artes do Reino da Tailândia. ■

Legislação ■

Portaria n.º 1264/2004 do Ministério da Ciência, Inovação e Ensino Superior: Aprova o Regulamento Arquivístico da Secretaria-Geral do ex-Ministério da Ciência e do Ensino Superior.

Publicada no D.R. n.º 229, I-B, de 28 de Setembro. ■

AGENDA

Acaba de sair ■

Guia Geral dos Fundos da Torre do Tombo

Acaba de ser publicado o 5.º volume do Guia Geral dos Fundos da Torre do Tombo, que incide sobre os arquivos das instituições contemporâneas, que foram incorporados, na sua grande maioria, no novo edifício do IAN/TT, a partir de 1992.

O Guia integra os seguintes fundos documentais, e respectivas subdivisões orgânicas e funcionais: Ministério da Fazenda/Finanças (séc. XVII-1974), Conselho de Estado (1821-1910), Ministério dos Negócios Eclesiásticos e de Justiça (1821-1910), Tribunal Especial de Protecção da Liberdade de Imprensa (1822-1824), Relação de Angra/Junta Suprema da Justiça (1828-1832), Tribunal da Relação dos Açores (1832-1910), Tribunal da Relação de Lisboa (1833-1984), Tribunal do Comércio (1833-1904), Conselho de Ministros (1834-1840), Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria (1852-1911), Supremo Tribunal Administrativo (1878-1923), Ministério do Interior (1910-1983), Ministério da Justiça e Cultos/Ministério da Justiça (1918-1936), Ministério da Agricultura (1884-1943), Presidência do Ministério/Presidência do Conselho (1908-1988), Ministério da Educação Nacional (1936-1974), Ministério do Comércio e da Indústria (1933-1940), Ministério da Economia (1940-1974), Ministério do Ultramar (1960-1975), Ministério da Saúde



364 páginas/il., PVP € 32,50

e Assistência (1958-1967), Conselho da Revolução (1970-1982), Conselho de Imprensa (1975-1990), Conselhos de Informação (1977-1984), Conselho de Comunicação Social (1983-1990), Alta Autoridade Contra a Corrupção (1983-1993), Ministério do Planeamento e da Administração do Território (1987-1996).

O Guia procura contribuir para identificar e caracterizar as entidades produtoras da documentação, através da respectiva história administrativa. Outra informação pertinente que o Guia faculta, diz respeito à história custodial, pela qual é possível compreender os percursos e vicissitudes da documentação,

desde a fase da produção até ao seu ingresso num arquivo histórico. Por sua vez, a utilização da descrição multinível, preconizada pela norma ISAD (G), visa articular as estruturas administrativas com as estruturas documentais e hierarquizar os conjuntos documentais, dentro de cada fundo.

É importante advertir que um instrumento de descrição desta dimensão e complexidade carecerá de ulteriores actualizações e desenvolvimentos, uma vez que as novas aquisições e a própria reorganização dos fundos acabarão, inevitavelmente, por modificar muitos dos dados facultados. ■



EXPOSIÇÃO [NOV. 04 > JAN. 05]

Genealogia e Heráldica, Fontes Documentais da Torre do Tombo Para a História do Brasil